

Habeas Corpus nº: 0004398-71.2013.8.17.1590 (0332543-3)
Comarca Origem: 2ª Vara Criminal de Vitória de Santo Antão
Impetrante: Rivaldo Pereira Lima
Paciente: Jailton José de Souza
Relator: Des. Mauro Alencar de Barros
Procuradora de Justiça: Dra. Laíse Tarcila Rosa de Queiroz
Órgão Julgador: 2ª Câmara Criminal

EMENTA

PENAL E PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. PACIENTE ACUSADO DE TRÁFICO DE DROGAS. ALEGAÇÃO DE EXCESSO DE PRAZO NA FORMAÇÃO DA CULPA. INEXISTÊNCIA DE DESÍDIA POR PARTE DO JUDICIÁRIO. FEITO QUE CAMINHA DENTRO DA RAZOABILIDADE. ALEGAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FUNDAMENTOS NA DECISÃO QUE DECRETOU A CUSTÓDIA. DECISÃO DEVIDAMENTE FUNDAMENTADA. CONDIÇÕES PESSOAIS SUPOSTAMENTE FAVORÁVEIS. IRRELEVÂNCIA. ORDEM DENEGADA.

1. Somente se cogita da existência de constrangimento ilegal por excesso de prazo quando este for motivado por descaso injustificado do Juízo.

2. Não há constrangimento ilegal quando a decisão que determina a custódia cautelar está devidamente fundamentada, tendo em vista a necessidade de garantia da ordem pública.

3. Condições pessoais supostamente favoráveis, por si só, não são suficientes para elidir a manutenção da segregação cautelar quando a

necessidade desta restar devidamente demonstrada, nos termos do art. 312 do CPP.

4. Ordem denegada, à unanimidade de votos.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de habeas corpus nº 0332543-3, em que figura como impetrante Rivaldo Pereira Lima e como paciente **Jailton José de Souza**, acordam os Desembargadores componentes da Segunda Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, por unanimidade de votos, em **denegar a ordem do presente habeas corpus**, tudo consoante consta do relatório e voto anexos, que passam a fazer parte do julgado.

Recife, 11 de junho de 2014.


Des. Mauro Alencar de Barros
Relator

Habeas Corpus nº: 0004398-71.2013.8.17.1590 (0332543-3)
Comarca Origem: 2ª Vara Criminal de Vitória de Santo Antão
Impetrante: Rivaldo Pereira Lima
Paciente: **Jailton José de Souza**
Relator: Des. Mauro Alencar de Barros
Procuradora de Justiça: Dra. Laíse Tarcila Rosa de Queiroz
Órgão Julgador: 2ª Câmara Criminal

RELATÓRIO

Trata-se de **habeas corpus**, com pedido liminar, impetrado por Rivaldo Pereira Lima, em favor de **Jailton José de Souza**, no qual é apontado como autoridade coatora o Juízo da 2ª Vara Criminal de Vitória de Santo Antão (proc. nº. 0004398-71.2013.8.17.1590).

O impetrante informa que o paciente está recolhido no Presídio de Vitória de Santo Antão desde 12/09/2013 por suposta prática do delito previsto no art. 33 da Lei nº. 11.343/06, restando configurado verdadeiro constrangimento ilegal por **excesso de prazo na formação da culpa**.

Assevera que as **condições pessoais do acusado são favoráveis**.

Sustenta que a **decisão que determinou a manutenção da custódia carece de fundamentação**, sem que tenha sido demonstrado qualquer fato concreto que aponte a periculosidade do acusado ou a reiteração criminosa.

Requer, assim, em sede de liminar e no mérito, a revogação do decreto preventivo, com a consequente expedição do competente alvará de soltura.

Juntou os documentos de fls. 08/50.

O **pedido liminar foi indeferido** (fls. 57).

Informações prestadas às fls. 63/64.

O parecer do Ministério Público foi pela **concessão da ordem**.

É o que havia a relatar, no essencial.

Recife, 11 de junho de 2014.



Des. Mauro Alencar de Barros
Relator

Habeas Corpus nº: 0004398-71.2013.8.17.1590 (0332543-3)
Comarca Origem: 2ª Vara Criminal de Vitória de Santo Antão
Impetrante: Rivaldo Pereira Lima
Paciente: Jailton José de Souza
Relator: Des. Mauro Alencar de Barros
Procuradora de Justiça: Dra. Laíse Tarcila Rosa de Queiroz
Órgão Julgador: 2ª Câmara Criminal

VOTO

Conforme relatado, pretende o impetrante a revogação do decreto preventivo, com a consequente expedição do competente alvará de soltura, eis que, segundo sustenta, há **excesso de prazo na formação da culpa**, as **condições pessoais do acusado são favoráveis**, além de que a **decisão que determinou a manutenção da custódia carece de fundamentação**.

DO SUPOSTO EXCESSO DE PRAZO NA FORMAÇÃO DA CULPA

De acordo com as informações prestadas (fls. 63), o paciente Jailton José de Souza foi **preso em flagrante no dia 12/09/2013**, na cidade de Vitória de Santo Antão, por policiais militares, em face de supostamente **trazer consigo um invólucro contendo (09) nove papелotes de maconha prontas para comercialização**.

Informado que consta nos autos **decisão decretando a preventiva, no dia 17/09/2013**, como forma de **garantir a ordem pública** (fls. 19/21); que **em 01/10/2013 foi acostado pedido de revogação da medida**, tendo o Ministério Público se manifestado, em 08/10/2013, pelo seu indeferimento; que **em**

10/10/2013 o Juízo indeferiu o pleito de revogação da prisão; que uma audiência de instrução e julgamento foi designada para o dia 26/02/2014 e outra para o dia 17/04/2014, mas elas não ocorreram; que novo pedido de revogação da preventiva foi formulado em 08/04/2014; que nova audiência de instrução e julgamento foi designada para o dia 29/05/2014; que atualmente o processo está em fase de cumprimento de diligência para a realização da audiência, com posterior remessa ao *Parquet* para se manifestar acerca do pedido de revogação da prisão.

Em consulta ao Sistema Judwin, verifico que **a audiência designada para o dia 29/05/2014 ocorreu, já tendo sido designada nova data para sua continuação (dia 04/08/2014)**; e, na ocasião, a Magistrada afirmou que se manifestaria sobre um pedido de revogação da preventiva formulado.

Ora, pelo que se observa, tanto das informações quanto em consulta ao Sistema Judwin deste Egrégio Tribunal, no feito de origem, **o Judiciário tem se pronunciado e impulsionando o processo sempre que necessário**, não se podendo atribuir ao Juízo qualquer responsabilidade pelo alegado retardo na conclusão da instrução.

Não se pode perder de vista que o tempo firmado pela jurisprudência pátria para a conclusão da instrução não é rígido ou absoluto, podendo sofrer dilação, desde que de forma justificada.

O próprio Superior Tribunal de Justiça, reconhecendo a necessidade de certa flexibilização na condução dos feitos, já se posicionou no sentido de que **somente se cogita da existência de constrangimento ilegal por excesso de prazo quando este for motivado por descaso injustificado do Juízo, o que não se verifica na presente hipótese**.

Nesse sentido:

RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. (...)2. **Somente se cogita da existência de constrangimento ilegal por excesso de prazo, quando este for motivado por descaso injustificado do Juízo, o que não se verifica na presente hipótese.** 3. (...) Pedido liminar

prejudicado. (RHC 37.440/MG, Rel. Ministra LAURITA VAZ, QUINTA TURMA, julgado em 25/06/2013, DJe 01/08/2013) (grifos e omissões nossos).

Afasto, pois, a alegação de constrangimento ilegal por excesso de prazo na formação da culpa.

DA DECISÃO QUE DETERMINOU A CUSTÓDIA CAUTELAR

Compulsando os autos, verifico que a decisão de fls. 19/21, que decretou a prisão preventiva, está devidamente fundamentada.

Restou observado que os requisitos para a custódia se mostram patentes, haja vista a **presença de indícios da autoria delitiva**, conforme depoimentos insertos no auto, assim como da **materialidade do fato**, demonstrada através de exame preliminar em material químico realizado na substância apreendida. E a necessidade de **garantia da ordem pública** foi o fundamento para o decreto de prisão.

No que tange às alegadas **condições pessoais do paciente**, supostamente favoráveis, deve ser ressaltado que elas, por si sós, não são suficientes para elidir a manutenção da segregação cautelar quando a necessidade desta restar devidamente demonstrada, nos termos do art. 312 do CPP.

Nessa esteira de entendimento, reiteradamente tem se manifestado o Colendo STJ:

RECURSO EM "HABEAS CORPUS". ASSOCIAÇÃO AO TRÁFICO DE DROGAS. ALEGAÇÃO DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL. PLEITO PELA REVOGAÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA. **CIRCUNSTÂNCIAS AUTORIZADORAS PRESENTES. CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS. IRRELEVÂNCIA.** PEDIDO PARA SUBSTITUIR A PRISÃO CAUTELAR POR DOMICILIAR. ANÁLISE DE MATÉRIA NÃO DEBATIDA NA ORIGEM. OCORRÊNCIA DE SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. PRECEDENTES. 1. (...) 2. O Superior Tribunal de Justiça, em orientação uníssona, entende que **persistindo os requisitos autorizadores da segregação cautelar (art. 312, CPP), é despiciendo o recorrente possuir condições pessoais favoráveis.** 3. (...) 4. Recurso em "habeas corpus", em parte, conhecido e nesta extensão não provido. (RHC 44.507/DF, Rel.

Ministro MOURA RIBEIRO, QUINTA TURMA, julgado em 11/02/2014, DJe 17/02/2014)

HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO ORDINÁRIO. DESCABIMENTO. (...). **CONDIÇÕES PESSOAIS DESFAVORÁVEIS. IRRELEVÂNCIA.** AUSÊNCIA DE ILEGALIDADE FLAGRANTE QUE, EVENTUALMENTE, PUDESSE ENSEJAR A CONCESSÃO DA ORDEM DE OFÍCIO. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO. 1. (...) 4. **As condições pessoais favoráveis, tais como primariedade, bons antecedentes, ocupação lícita e residência fixa, não têm o condão de, por si sós, desconstituir a custódia antecipada, caso estejam presentes outros requisitos de ordem objetiva e subjetiva que autorizem a decretação da medida extrema.** 5. Ausência de ilegalidade flagrante que, eventualmente, ensejasse a concessão da ordem de ofício. 6. Ordem de habeas corpus não conhecida. (HC 276.810/MS, Rel. Ministra LAURITA VAZ, QUINTA TURMA, julgado em 04/02/2014, DJe 17/02/2014)

Há de ser mantida, pois, a medida extrema.

Com as considerações postas, voto pela **denegação da ordem.**

É como voto.

Recife, 11 de junho de 2014.


Des. Mauro Alencar de Barros
Relator